

JEAN ADRIANO BARROS DA SILVA

**IMPORTÂNCIA DA CAPOEIRA NO DESENVOLVIMENTO DA
CULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada ao Curso
de Especialização em Metodologia
do Ensino da Educação Física Escolar
da Universidade do Estado da Bahia

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Stela Rodrigues dos Santos

SALVADOR – BA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

2003

Sumário

INTRODUÇÃO

1. Motivos da escolha do trabalho, o problema, objetivos e metodologia de pesquisa

CAPÍTULO I

1. Educação Infantil, Cultura Corporal e a Legislação

CAPÍTULO II

1. O RCN e a Educação Física: Objetivos e Conteúdos

CAPÍTULO III

1. A Capoeira e suas possibilidades pedagógicas na Educação Infantil
 - 1.1 A Capoeira e sua musicalidade
 - 1.2 O “movimento” e a Capoeira
 - 1.3 O ritual da capoeira e as relações interpessoais

CAPÍTULO IV

1. Os “Capoeiras”: mitos e pensamentos sobre a Capoeira Infantil na cidade de Salvador
 - 1.1 Quais as contribuições que percebe no ensino da capoeira para crianças de 0 a 6 anos?
 - 1.2 Estas contribuições são reconhecidas pela sociedade?
 - 1.3 O que devemos fazer para divulgar os benefícios da capoeira na Educação Infantil?
 - 1.4 Em sua opinião, a comunidade de capoeira reconhece os profissionais que atuam na capoeira para crianças? Porque?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Introdução

1. Motivos da escolha do trabalho, o problema, objetivos e metodologia de pesquisa

O presente estudo, tem como temática central à discussão sobre as possibilidades de intervenção da capoeira como alternativa para auxiliar no trabalho com a cultura corporal de crianças na educação infantil, relacionando os aspectos legais, pedagógicos e estruturais para a inserção de elementos oriundos das culturas populares no ensino formal em creches e escolas para crianças de 0 a 6 anos.

O interesse por esta temática está relacionado às experiências profissionais, em escolas da rede pública e privada de ensino em Salvador desde 1994. Inicialmente, no trabalho como estagiário ministrando aulas de capoeira em projetos sociais, em áreas periféricas de Salvador com atividades voltadas para criança. Em seguida, iniciamos o curso de graduação de Licenciatura em Educação Física –UFBa, que nos oportunizou uma série de experiências em atividades com a cultura corporal de crianças.

Durante a graduação tivemos, também, a oportunidade de organizar diversos seminários e palestras envolvendo o estudo da metodologia de ensino da capoeira para crianças, bem como de trabalhar em escolas de educação infantil, ministrando aulas de Capoeira e Educação Física, o que possibilitou colocar em prática o desenvolvimento de algumas estratégias para abordar aspectos da cultura popular de forma adaptada para este público específico.

Ao concluir a graduação já tínhamos formado um grupo de estudos envolvendo professores que atuavam em diversas escolas de educação infantil na área de capoeira, o que fez com que nos interessássemos por um aprofundamento nos estudos, nos levando a cursar a Especialização em Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar, promovido pela UNEB -

Universidade do Estado da Bahia, que tem como culminância dos trabalhos este presente estudo monográfico.

No intuito de fundamentarmos a importância deste estudo para a comunidade científica e o público em geral, faremos um breve retrospecto histórico da capoeira, que servirá como ponto de partida para a justificativa da relevância do presente trabalho.

Criada pelo negro escravo, como instrumento de sua luta pela libertação, a capoeira, mais do que um jogo, nasceu como uma arte marcial, uma luta, um instrumento de combate e resistência. Como não possuíam armas suficientes para fazer frente à opressão de feitores e capitães do mato, os escravos utilizavam os movimentos da futura luta como recursos instintivos e naturais de preservação da vida, por intermédio do próprio corpo. Foram quando surgiram os “floreios” manhosos, ágeis, espertos e traiçoeiramente defensivos.

A capoeira foi inventada de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do cotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno.(REGO,1968,p.35)

A capoeira hoje já é praticada, mesmo que de forma pontual, em cerca de 140 países do mundo, mas nasceu aqui no Brasil. Sua origem deu-se, provavelmente, no grupo Bantú-Angolense, uma das divisões tribais mais fortes oriundas da África. Os negros desta região eram considerados altos, ágeis e fortes, com grande capacidade de adaptação cultural e, portanto, adequados ao trabalho nas lavouras.

Marca de diversas rebeliões durante a existência da escravatura, a capoeira desenvolveu-se como uma *luta de revide*. Os 3,5 milhões de negros trazidos à força da África aprimoraram essa arte marcial e usaram-na sempre para enfrentar os ataques e desmandos de seus opressores.

Enfim, nas três regiões que mais acolheram negros africanos, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, a capoeira era utilizada com o fim de acabar com a dominação e a exploração das elites e, ainda, na luta pela liberdade.

A dominação, a perseguição e a discriminação aos negros fizeram, paradoxalmente, com que a capoeira ganhasse cada vez mais força no Brasil com o decorrer do tempo. A “Abolição” da Escravatura é um exemplo. Em 1888, quando da promulgação da Lei Áurea, o governo baixou um decreto que autorizava a entrada no País de africanos e asiáticos, somente mediante a aprovação do Congresso Nacional. Tornando, o que era para ser um avanço, mais uma forma explícita de discriminação.

A “abolição”, aliás, deixou uma herança maldita para os ex-escravos, “libertos”. Não tinham acesso aos meios de produção e à educação, não possuíam condições mínimas de enfrentar o mercado de trabalho, nem receberam um só trocado como indenização ou algo semelhante. Por tal razão, foram jogados nas ruas e infelizmente não tiveram outra opção, num primeiro momento, a não ser cair numa condição de marginalidade.

Foram tempos de grande sofrimento e de enorme confusão para a população negra e suas lideranças. Afinal, estavam “livres”, mas não tinham para onde ir, onde trabalhar, o que comer e nem o que vestir. As elites aproveitaram e deram uma “ajuda”: associaram a imagem do negro à de um “agente criminoso”, vadio, malandro e capadócio. A perseguição continuava e a exploração também. Praticamente nada foi feito pela integração social do cidadão negro “libertado” pela lei de 13 de maio.

A República, que sucedeu o Império, manteve os grilhões e herdou seus preconceitos. Enquanto o Poder Público classificava a capoeira como crime, políticos sem escrúpulos e seus aliados aproveitavam-se da total miséria da comunidade negra para transformá-la em massa de manobra. Os negros, sem dinheiro e sem recursos para sobreviver, eram contratados para

milícias particulares, para expandir os domínios desses políticos e para exterminar seus rivais. A Capoeira nasceu da necessidade de libertação de um povo escravizado e, evidentemente, revoltado.

Apesar de perseguida no século XIX, a prática da “capoeiragem” recebeu um tratamento criminal oficial em todo o território nacional somente a partir da República. O Código Penal da República oficializou este tratamento:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas, exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem (...) Pena: de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo Único: É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a algum bando ou malta.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o poder público e particular, perturbar a ordem, a tranqüilidade ou segurança pública ou for encontrado com armas incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes.(REGO,1968,p.292)

A capoeira continuou perseguida, enquadrada como crime no começo do século passado. Mas resistiu, com seus fundamentos e sua filosofia. Mais tarde, começou a ganhar consistência como traço de uma cultura popular.

Surgiram, então, os amantes e divulgadores da capoeira como luta e outros que a enxergavam como parte do folclore e da cultura do negro descendente de africanos. Vicente

Ferreira Pastinha, o baiano Mestre Pastinha, foi um dos maiores nomes da capoeira no final do século XIX e início do século XX. Fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola, na Bahia, mantendo os fundamentos da capoeira e até implantando alguns de sua própria criação.

Mestre Pastinha foi o mais célebre representante da Capoeira de Angola (posteriormente assim chamada), dedicando toda sua vida para valorizar essa manifestação genuinamente afro-brasileira.

A Capoeira Regional, típica da cultura baiana, foi criada em 1928 por Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, e era focada na luta. Ele utilizou nessa criação os seus amplos conhecimentos da Capoeira Angola e do Batuque.

Alguns estudiosos consideram a Capoeira Angola mãe da Capoeira Regional. O Batuque é uma luta aguerrida, violenta, cujo objetivo é jogar o adversário no chão usando apenas as pernas. "Em 1928 eu criei, completa, a regional" disse Mestre Bimba, esclarecendo que "é o Batuque misturado com Angola, com mais golpes. Uma verdadeira luta, boa para o físico e para a mente"

Mestre Bimba adquiriu a condição de Mestre de Capoeira, graças ao reconhecimento popular, ao seu trabalho e pelo respeito da sociedade baiana. Isso numa época em que as perseguições às manifestações da cultura negra eram muito intensas e cruéis. Através de seu trabalho e esforço, a Capoeira ganhou características desportivas fundamentais no processo de massificação.

Hoje, presenciamos uma explosão dessa arte nacional. No Brasil, existem seis milhões de praticantes. Só em São Paulo existem seis mil e quinhentas academias de Capoeira registradas. Se considerarmos o fato de ter sido crime sua prática no começo do século passado, é um enorme avanço.

A Capoeira é, por tudo isso – sua história e origem – um potente instrumento de educação e integração social. Ela nasceu da luta contra a exclusão; combateu, desde os primórdios da escravidão, a opressão. É uma arte que demonstra ser possível viver em harmonia independente da cor da pele ou origem social.

Tendo em vista toda a trajetória da capoeira até os dias atuais e a pulverização de sua prática nas escolas, principalmente na educação infantil, e levando-se em conta que grande parte da comunidade de capoeira não tem acesso à produção científica e que os estudos acadêmicos que relacionam capoeira e a Educação Física são raros e pouco discutidos, acreditamos que produções como esta serão essenciais para a fundamentação e desenvolvimento dos trabalhos já existentes no campo da cultura corporal e de outras possibilidades que possam surgir.

Por mesclar musicalidade, movimento, manuseio de instrumentos, associados a um ritual de forte identidade com o público alvo por ser genuinamente brasileira, a capoeira foi citada nos referenciais curriculares para a educação infantil, nos quais ressaltam-se a música, o movimento, a interpretação, dentre outras formas de linguagens do conhecimento para o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, firmando-se a capoeira como significativa forma de trabalho com a cultura corporal.

Entendemos que produções como esta poderão contribuir com reflexões e conseqüentes ações no campo da capoeira escolar na educação infantil. Isto nos motivou a produzir o presente estudo que tem como questão central:

Qual a importância da capoeira no desenvolvimento da cultura corporal na educação infantil?

Para responder a esta questão formulamos os seguintes objetivos específicos:

- a) Estabelecer os objetivos e conteúdos da Educação Física a partir do Referencial Curricular Nacional para educação infantil;

- b) Discutir as relações no trato e desenvolvimento da cultura corporal na Educação Infantil;
- c) Estabelecer os indicativos para o ensino da Educação Física nas séries iniciais a partir dos Referenciais Curriculares Nacionais e da legislação vigente;
- d) Problematizar a capoeira no currículo da Educação Infantil;
- e) Propor uma reflexão sobre o tema verificando a opinião de alguns profissionais de capoeira sobre sua atuação na Educação Infantil;
- f) Formular uma conclusão do trabalho monográfico e apresentar sugestões que contribuam com a comunidade de capoeira e científica.

O presente estudo é de natureza bibliográfica, visto que sua principal fonte de coleta de dados serão as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/Resolução CEB nº1, de 7 de abril de 1999, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a proposta curricular que relaciona a educação Física a Educação Infantil do município de Salvador, literaturas que tratem deste tema e depoimento dos profissionais de capoeira que atuam na educação infantil.

Os dados obtidos através da análise do conteúdo das fontes citadas acima, possibilitarão a organização deste estudo em cinco partes.

No **primeiro capítulo**, tratamos a importância da capoeira no desenvolvimento da cultura corporal na educação infantil, verificando-se os dispositivos legais para o exercício da Educação Física, de 0 a 6 anos, e as possibilidades de intervenção da capoeira neste contexto.

No **segundo capítulo**, abordamos os conteúdos da Educação Física na Educação Infantil, à luz do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e da proposta curricular para a

Educação Infantil no município de Salvador, enfatizando dois grandes blocos de conhecimento, o brincar e o movimento, verificando suas possibilidades no trato com a cultura corporal e suas possíveis relações com a capoeira.

No **terceiro capítulo**, tratamos a aplicabilidade dos conhecimentos do campo da cultura corporal por meio do trabalho com a capoeira na Educação Infantil, ressaltando as contribuições da mesma para com o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, a partir do estudo da multiplicidade de recursos que a capoeira nos oferece, o canto, o manuseio de instrumentos musicais, o movimento, a condição interpretativa, a oralidade, a auto-estima, a integração, dentre outros.

No **quarto capítulo**, tentamos fazer uma proposição para debate, verificando a opinião dos profissionais de capoeira em torno desta temática, correlacionando aspectos da experiência empírica vivenciada por eles e o conhecimento científico.

No **quinto capítulo**, apresentamos as considerações finais do estudo. Nele, em forma de síntese, discutimos os principais resultados do estudo, trazendo algumas conclusões e sugestões.

CAPÍTULO I

Educação Infantil, Cultura Corporal e a Legislação

O universo da Educação Infantil e suas possibilidades de trato com a cultura corporal apresenta-se atualmente regulamentado por uma legislação específica, fato este que nos remete a apreciação de alguns aspectos legais, no intuito de tentarmos verificar as possibilidades de intervenção da capoeira como ferramenta pedagógica no desenvolvimento da cultura corporal, pois sendo esta possibilidade respaldada por lei, ainda que superficialmente e de forma indireta, poderemos contribuir para com o processo de reflexão e pesquisa de práticas culturais, oriundas das camadas populares menos favorecidas socialmente, nas instituições de ensino formal.

Para compreendermos alguns conflitos, a estrutura e o funcionamento da Educação Infantil se faz necessário um breve mergulho na regulamentação legal para esta fase de aprendizagem, tomando como base às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/Resolução CEB nº1, de 7 de abril de 1999 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

Em relação às diretrizes curriculares nacionais podemos verificar em seu artigo 3º algumas propostas para a educação infantil, são estas:

I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores:

- a. Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b. Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- c. Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

II – As Instituições de Educação Infantil ao definir suas Propostas Pedagógicas deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais, e a identidade de cada Unidade Educacional, nos vários contextos em que se situem.

III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

IV – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprios, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, devem buscar a partir de atividades intencionais, em momentos de ações, ora estruturadas, ora espontâneas e livres, a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, contribuindo assim com o provimento de conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

V – As Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e dos registros de etapas alcançadas nos cuidados e na educação para crianças de 0 a 6 anos, "sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

VI – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem ser criadas, coordenadas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com, pelo menos, o diploma de Curso de Formação de Professores, mesmo que da equipe de Profissionais participem outros das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, assim como familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador com, no mínimo, o Curso de Formação de Professores.

VII - O ambiente de gestão democrática por parte dos educadores, a partir de liderança responsável e de qualidade, deve garantir direitos básicos de crianças e suas famílias à educação e cuidados, num contexto de atenção multidisciplinar com profissionais necessários para o atendimento.

VIII – As Propostas Pedagógicas e os regimentos das Instituições de Educação Infantil devem, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do uso do espaço físico, do horário e do calendário escolar, que possibilitem a adoção, execução, avaliação e o aperfeiçoamento das diretrizes.

Já a LDB, da educação nacional, de nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, em seu capítulo II, referente à educação básica (educação infantil e o ensino fundamental / 1º e 2º ciclo), afirma em seu artigo 26 que “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”, abrindo um leque de possibilidades para a inserção de atividades provenientes das culturas populares, tais como a capoeira, o samba, dentre outras, que servirão de suporte pedagógico na construção da identidade de cultura corporal, ajustando-se ao papel da educação física, que também é legitimada no artigo 26 da seguinte forma: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Ainda na LDB, seção II que trata especificamente da Educação Infantil encontramos o artigo 29 que diz que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

reforçando a importância da educação física e do trabalho com as práticas das culturas populares durante este período.

Apesar da Educação Física estar legitimada pela LDB na educação básica, sua atuação profissional na educação infantil ainda gera muita polêmica, pois se as diretrizes curriculares nacionais e a LDB nos permitem perceber, através de seus artigos, diversas formas de inserção do profissional de educação física na construção da cultura corporal, ao mesmo tempo a lei dá brechas para um outro tipo de interpretação, pois se os professores de Educação Infantil trabalham com vários campos do conhecimento, porquê só a Educação Física precisaria de um trato específico por alguém da área? Mesmo não concordando que esta seja a questão central, no decorrer deste trabalho tentaremos dar suporte que fundamente o que seria melhor para o desenvolvimento da cultura corporal na educação infantil e suas inter-relações com as outras áreas do saber.

Capítulo II

O RCN e a Educação Física: Objetivos e Conteúdos

No intuito de tentarmos traçar algumas possibilidades de intervenção da Educação Física na Educação Infantil, ampliando as perspectivas pedagógicas nesta fase, faremos, neste capítulo, um breve levantamento dos objetivos e conteúdos para a Educação Infantil, à luz do Referencial Curricular Nacional, que está assim organizado:

- Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da Educação Infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: **Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo**.

- Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da **Identidade e Autonomia** das crianças.

- Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

A partir da análise deste material destacaremos dois grandes blocos de conhecimento, *o brincar e o movimento*, pois desta forma contemplaremos, através da relação com a Educação Física às possibilidades de intervenção deste profissional e das atividades que lhe são peculiares, sem, contudo perder de vista que segundo Débora Thomé Sayão “O professor/a de Educação

Física deve ser mais um adulto com quem as crianças estabelecem interações na creche. No entanto, só se justifica a necessidade de um profissional dessa área na Educação Infantil se as propostas educativas que dizem respeito ao corpo e ao movimento estiverem plenamente integradas ao projeto da instituição, de forma que o trabalho dos adultos envolvidos se complete e se amplie visando possibilitar cada vez mais experiências inovadoras que desafiem as crianças”.

❖ **O Brincar**

Para falarmos dos objetivos e conteúdos das brincadeiras na Educação Infantil estabeleceremos duas grandes categorias de crianças: zero a três e de quatro a seis anos, subdividindo as brincadeiras em: faz-de-conta, materiais de construção e de regras.

Objetivos Gerais do Brincar de 0 à 3 anos

Os bebês e as crianças pequenas deverão ser capazes de:

- Manipular objetos e brinquedos, descobrindo suas características e propriedades principais (sons, cores, texturas, cheiros, formas) e suas possibilidades associativas: empilhar, rolar, transvazar, encaixar etc., com atenção;
- Ser capaz de imitar gestos e sons de animais e objetos, agindo sobre eles, reconhecendo sons e possibilidades dos mesmos;
- Se relacionar com uma ou mais crianças, sendo capaz de partilhar objetos ou de agir sobre eles em conjunto;
- Fantasiar-se junto com uma ou mais crianças interpretando personagens e conversando sobre os diferentes significados que atribuem aos objetos;

Objetivos Gerais do Brincar de 4 a 6 anos

As crianças deverão ser capazes de:

- Agrupar-se em pequenas equipes criando um enredo ou tema, brincando comunicando-se e atribuindo significados diversos a sons e objetos;
- Interagir através da utilização de uma linguagem simbólica pelo uso verbal diferenciado ou de sinais e gestos corporais próprios ao brincar;
- Interagir com base na ajuda mútua, atento as ações dos colegas e respeitando as diferentes idéias criadas durante a brincadeira;
- Atuar e representar as interações presentes na sociedade na qual vivem, escolhendo papéis que lhe sejam mais interessantes;
- Brincar de forma alternada com papéis que representem o bem e o mal, a força e a fraqueza, a coragem e a covardia, o homem e a mulher, a criança e o adulto, a bela e a fera etc.;
- Aceitar a liderança e ser líder quando necessário;
- Explicitar sentimentos, alternando a representação de papéis e manipulando os pares de ausente /presente, bom/mal, feio/bonito, grande/pequeno, forte/fraco etc.;
- Questionar e refletir sobre assuntos trabalhados em outras áreas, acionando a memória voluntária para estabilizar seus conhecimentos prévios;
- Respeitar regras, mudando-as e negociando-as de comum acordo com os colegas;
- Resolver os conflitos surgidos através do diálogo com os colegas ou pedir ajuda para o educador de forma a manter a continuidade da brincadeira;

Conteúdos do Brincar

É importante lembrar que segundo o RCN, a aplicabilidade e funcionamento dos conteúdos das brincadeiras não devem ser considerados como atividades descontextualizadas e

independentes do restante daquelas realizadas nas instituições de Educação Infantil, ou seja, estes conteúdos precisam estar em perfeita sintonia com a proposta pedagógica institucional, e devem considerar os blocos de conteúdos de brincadeiras de faz-de-conta, materiais de construção e brincadeiras com regras.

Os conteúdos do brincar também devem orientar as propostas de atividades para as crianças, levando-se em conta:

- 1) A idade e o meio na qual elas vivem;
- 2) A diversificação de brinquedos e materiais no sentido de criar novas hipóteses para as crianças resolverem;
- 3) Os interesses e capacidades demonstrados por elas em suas atividades espontâneas;
- 4) Que a casinha é o conteúdo de brincar básico e vital a partir do qual as crianças experimentam suas primeiras capacidades simbólicas, descobrindo sentimentos e papéis a partir dos quais podem ampliar para outras situações sociais, tais como: a mercearia, o mercado, o supermercado, o banco, o médico etc.;

Crianças de zero a três anos

- Comunicação e expressão de seus desejos, desgostos, necessidades, preferências e vontades em brincadeiras e nas atividades cotidianas.
- Reconhecimento progressivo do próprio corpo e das diferentes sensações e ritmos que produz.
- Identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação.
- Iniciativa para pedir ajuda nas situações em que isso se fizer necessário.

- Realização de pequenas ações cotidianas ao seu alcance para que adquira maior independência.

- Interesse pelas brincadeiras e pela exploração de diferentes brinquedos.
- Participação em brincadeiras de “esconder e achar” e em brincadeiras de imitação.
- Escolha de brinquedos, objetos e espaços para brincar.
- Participação e interesse em situações que envolvam a relação com o outro.
- Respeito às regras simples de convívio social.

Crianças de quatro a seis anos

- Expressão, manifestação e controle progressivo de suas necessidades, desejos e sentimentos em situações cotidianas.

- Iniciativa para resolver pequenos problemas do cotidiano, pedindo ajuda se necessário.
- Identificação progressiva de algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação.

- Participação em situações de brincadeira nas quais as crianças escolham os parceiros, os objetos, os temas, o espaço e as personagens.

- Participação de meninos e meninas igualmente em brincadeiras de futebol, casinha, pular corda etc.

- Valorização do diálogo como uma forma de lidar com os conflitos.

- Participação na realização de pequenas tarefas do cotidiano que envolvam ações de cooperação, solidariedade e ajuda na relação com os outros.

- Respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso, estatura etc.
- Valorização da limpeza e aparência pessoal.
- Respeito e valorização da cultura de seu grupo de origem e de outros grupos.

- Conhecimento, respeito e utilização de algumas regras elementares de convívio social.
- Participação em situações que envolvam a combinação de algumas regras de convivência em grupo e aquelas referentes ao uso dos materiais e do espaço, quando isso for pertinente.
- Valorização dos cuidados com os materiais de uso individual e coletivo.
- Procedimentos relacionados à alimentação e à higiene das mãos, cuidado e limpeza pessoal das várias partes do corpo.
- Identificação de situações de risco no seu ambiente mais próximo.
- Procedimentos básicos de prevenção a acidentes e autocuidado.

❖ **O “Movimento” na Educação Infantil**

Apesar de alguns avanços na pesquisa em educação infantil, há muito ainda a ser discutido, pois vivemos em um mar de incertezas e contradições permeadas por modelos pedagógicos fixos e contraditórios e ainda por uma política pública que, independente de um reconhecimento de direito não exerce de fato as intervenções necessárias na sedimentação estrutural de uma das mais importantes fases da vida humana, o período que compreende a faixa de 0 a 6 anos (Educação Infantil). Diante deste quadro, fica extremamente confuso estabelecer o papel da Educação Física nesta área, pois mesmo se reconhecendo a importância do movimento no desenvolvimento da criança, vivemos atualmente na falácia do “movimento pelo movimento”, ou seja, na maioria das vezes a intencionalidade específica no desenvolvimento da cultura corporal fica negligenciada por “recreações” esterilizadas, no que se refere às questões pedagógicas, diante do verdadeiro papel da escola na construção de seres críticos, criativos e autônomos.

No processo de desenvolvimento humano podemos notar nitidamente a importância dos gestos, expressões e posturas no amadurecimento de nossas relações com outros indivíduos e com o meio, pois desde que nascemos, aprendemos a dar significado a nossas ações, nos comunicando e nos expressando através de gestos motores, que com o passar do tempo transformam-se de involuntários para voluntários, tornando-se mais precisos e eficazes em sua intencionalidade, servindo, também, como forma de conhecimento do outro e de seu próprio corpo.

É necessário lembrar que este desenvolvimento motor está intimamente ligado ao desenvolvimento intelectual e cultural da criança, pois o movimento atua como um agente intermediário das relações, ou seja, boa parte do que a criança necessita aprender está ligado aos desafios que ela possivelmente enfrentará nesta fase (Educação Infantil), sendo estes, na maioria das vezes, mediados por ações motoras, que se tornam mais elaboradas a partir de seu uso nas situações-problema, portanto quanto mais inseridas em um ambiente físico e social em que se sintam acolhidas, protegidas e ao mesmo tempo seguras para se arriscar e vencer desafios, maior será seu desenvolvimento como ser humano...

Objetivos Gerais do Movimento de Zero a Três anos

- familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;
- explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;
- deslocar-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular etc., desenvolvendo atitude de confiança nas próprias capacidades motoras;
- explorar e utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para o uso de objetos diversos.

Objetivos Gerais do Movimento de Quatro a Seis anos

- ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;
- explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo;
- controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;
- utilizar os movimentos de prensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos do Movimento

Deverão ser levados em consideração, na organização dos conteúdos para o trabalho com o movimento, as diferentes capacidades das crianças em cada faixa etária, bem como as diversas culturas corporais presentes nas diversas regiões do país.

A organização dos conteúdos deve priorizar o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento, contribuindo para a apropriação corporal pelas crianças de forma que possam agir com cada vez mais intencionalidade. Acontecerá por um processo contínuo e integrado que envolve múltiplas experiências corporais, realizadas pela criança sozinha ou em situações de interação.

São dois os blocos de conteúdos, o primeiro refere-se às possibilidades expressivas do movimento e o segundo ao seu caráter instrumental.

1) Expressividade

Crianças de zero a três anos

- Reconhecimento progressivo de segmentos e elementos do próprio corpo por meio da sua exploração, das brincadeiras, do uso do espelho e da interação com os outros.
- Expressão de sensações e ritmos corporais por meio de gestos, posturas e da linguagem oral.

Crianças de quatro a seis anos

- Utilização expressiva intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras.
- Percepção de estruturas rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos.
- Valorização e ampliação das possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança.
- Percepção das sensações, limites, potencialidades, sinais vitais e integridade do próprio corpo.

2) Equilíbrio e Coordenação

Crianças de zero a três anos

- Exploração de diferentes posturas corporais, como sentar-se em diferentes inclinações, deitar-se em diferentes posições, ficar ereto apoiado na planta dos pés com e sem ajuda etc.

- Ampliação progressiva da destreza para deslocar-se no espaço por meio da possibilidade constante de arrastar-se, engatinhar, rolar, andar, correr, saltar etc.

- Aperfeiçoamento dos gestos relacionados com a preensão, o encaixe, o traçado no desenho, o lançamento etc., por meio da experimentação e utilização de suas habilidades manuais em diversas situações cotidianas.

Crianças de quatro a seis anos

- Participação em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento.

- Utilização dos recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa.

- Valorização de suas conquistas corporais.

- Manipulação de materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Capítulo III

A capoeira e suas possibilidades pedagógicas na Educação Infantil

A capoeira, esta arte de origem controversa e que ainda desperta muita polêmica, emergir no bojo das camadas populares e adentra as instituições públicas e privadas de forma arrebatadora e efusiva, sendo capaz de em pouco mais de quatrocentos anos de trajetória estar presente na maior parte das escolas, clubes, universidades, academias, dentre outros se firmando com força em vários países do mundo.

Segundo dados fornecidos por Sérgio Luís de Souza Vieira, presidente da Confederação Brasileira de Capoeira (CBC), a capoeira hoje é praticada oficialmente em cento e trinta e dois países, tendo como instituições para administrar a modalidade atualmente, no Brasil, oitenta e quatro Ligas Regionais e Municipais, vinte e quatro Federações Estaduais, uma Confederação Brasileira, uma Associação Brasileira de Árbitros, uma Associação Brasileira de Capoeira para Portadores de Necessidades Especiais. No âmbito internacional existe a Federação Internacional de Capoeira (FICA), que coordena trabalhos das Federações Nacionais de Capoeira existentes no Canadá, Portugal, Argentina, França, dentre outros países.

É importante se lembrar que este fenômeno, chamado capoeira, não surgiu de forma instantânea, ou seja, ao longo de sua história inúmeras barreiras foram rompidas para que a mesma se transformasse “de luta marginal a uma alternativa educacional”, e é justamente sobre esta conturbada transformação e suas possíveis contribuições pedagógicas no contexto da Educação Infantil que iremos discutir neste capítulo.

Da luta marginal a uma alternativa educacional

Por volta da década de trinta, através da criação e oficialização legal da Luta Regional Baiana (Capoeira Regional), estruturada por Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba) e seus discípulos, a capoeira ganha uma nova roupagem que abre a possibilidade de institucionalização

da mesma, pois pela primeira vez a sociedade reconhecia e decodificava os símbolos que fundamentavam a prática de ensino da capoeira, por meio de um método sistematizado e escrito que poderia facilmente ser implantado em diversas instituições, fato este que aliado a uma conjuntura política que estimulava ideais nacionalistas pela forte influência do “Estado Novo” de Vargas na defesa de um modelo de ginástica que pudesse ser genuinamente brasileiro, impulsionaram um grande crescimento e divulgação da capoeira. Um outro fator que contribuiu muito para a expansão da capoeira institucionalizada foi à condição desta alternativa apresentar-se como uma possível tentativa de cooptação e controle de uma arte que insurgiasse de forma subversiva em alguns pontos do território nacional, a exemplo das maltas do Rio de Janeiro e de outros pequenos movimentos de contestação da estrutura social vigente, que tinham na capoeira um “braço” de luta.

Sobre as maltas podemos citar um relatório do ministro e secretário dos negócios da justiça referente ao ano de 1878, revelando toda a preocupação do estado com a capoeira:

Uma das mais estranhas enfermidades morais desta grande e civilizada cidade é a associação de capoeiras. Associação regularmente organizada, com seus chefes, sua subdivisão em maltas, que denominam badernas, com sinais e gírias próprias. Grupos de turbulentos, ávidos de assuadas, de lutas e de sangue, concorrem à voz de seus chefes das grandes reuniões populares e festividades públicas, para o fim de decidirem por meios violentos as suas contendas e rivalidades. (FILHO e LIMA, citado por ARAÚJO, 1997, p.175)

A partir desta transformação, a capoeira gradativamente vai inserindo-se no contexto escolar, podendo-se atribuir ao Mestre Bimba um papel importante neste processo, pois através de seu contato com estudantes universitários de Salvador, que o convidaram para ensinar na pensão onde residiam, o mestre pode ter acesso a uma camada social e a códigos e símbolos do conhecimento científico que possibilitaram a criação e sistematização deste novo modelo de ensino da capoeira. A partir daí a Capoeira inicia seu processo de institucionalização. Segundo o Mestre Itapoã, citado por Vieira (1990):

Quando o Mestre foi parar lá, os estudantes começaram a conversar com ele, que a capoeira não podia ser uma coisa perseguida pela polícia. Isso foi em 1934, quando os caras foram para Salvador estudar Medicina. O Nordeste todo ia estudar lá. Foi assim que ele começou a ter contato com a sociedade da época. (p.123)

O novo modelo de capoeira criado por Bimba e seus discípulos passa a ser reconhecido paulatinamente pela sociedade civil, sendo inclusive o Mestre Bimba agraciado com o título de Instrutor de Educação Física, mediante diploma oficial assinado por Dr. Gustavo Capanema, o então Ministro de Educação, no ano de 1957 pelo enquadramento do ensino da capoeira na legislação vigente (DECÂNIO,1997,p.118). Apesar dos avanços proporcionados por Bimba, o mesmo só teve acesso a uma única instituição, que foi o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), na qual ministrou aulas de capoeira para os aspirantes da reserva. Este fato denota que a capoeira institucionalizada inicia-se com M. Bimba, mas só vem se firmar com o passar dos anos, através de outras iniciativas promovidas por seus alunos.

As transformações sofridas no processo de ensino da capoeira iniciaram a aproximação da mesma ao ambiente escolar, favorecendo seu reconhecimento e ampliando suas perspectivas com vista a se firmar como ferramenta pedagógica no processo educativo.

No Brasil, por volta do final da década de 70 e início da década de 80, tivemos um grande crescimento no número de instituições de ensino da capoeira, fato este que contribuiu muito para a pulverização da capoeira em escolas, universidades e creches, acrescentando a estes ambientes de trato com o conhecimento um toque de cultura e inúmeras possibilidades de intervenção no que se refere à atividade física, que acabam sendo respaldadas por leis e sugerida por diversos instrumentos informativos que orientam a educação escolar (RCN, PCN's e etc).

Dentre as possibilidades de trato da capoeira no universo da Educação Infantil, destacaremos algumas faces desta arte que representam alternativas reais e concretas de intervenção pedagógica com crianças de 0 a 6 anos, que se otimizam a partir de suas interlocuções, contextualização e intencionalidade pedagógica. Dentre estas a musicalidade, o movimento, o ritual e as relações interpessoais.

A capoeira e sua musicalidade

A musicalidade na capoeira tem papel fundamental, pois dela se desencadeia boa parte do processo ritualístico da capoeira, ou seja, é a partir da musicalidade que os movimentos são executados, os instrumentos são tocados e as cantigas entoadas. Portanto, toda a contribuição da musicalidade no processo pedagógico infantil poderá facilmente ser transportado para a intervenção da capoeira neste contexto, haja vista que a mesma é condição fundamental para a prática da capoeira.

O ritmo, elemento potencialmente explorado na musicalidade da capoeira, tem o poder gerador de impulso e movimento no espaço, desenvolvendo a motricidade e a percepção sensorial, além de induzir estados afetivos, contribuindo para algumas aquisições, tais como: Linguagem, leitura, escrita e lógica matemática.

Sobre cirandas e danças cantadas, segundo Lê Boulch (1982, p.182) *“A associação do canto e do movimento permite a criança sentir a identidade rítmica, ligando os movimentos do corpo e os sons musicais. Estes sons musicais cantados, emitidos pelas crianças e ligados a própria respiração, não têm o caráter agressivo que pode revestir um tema musical no qual a criança deve adaptar-se aos exercícios de sincronização sensório-motora. Esta atividade representa um estágio prévio ao ajustamento e um suporte musical imposto a criança”*.

O trabalho musical da capoeira proporciona o ajustamento rítmico da criança correlacionando a noções de tempo-espço, o que favorece um maior equilíbrio emocional da mesma, melhorando as relações com os outros colegas a partir do respeito do ritmo do outro e de si mesmo.

Na utilização dos instrumentos da capoeira (berimbau, pandeiro, atabaque e outros) podemos estar dando significativa contribuição no que tange ao desenvolvimento da coordenação motora fina, pois a partir do manuseio desses instrumentos a criança perceberá as implicações de gestos menores (finos), relacionados aos objetos, o que possibilitará uma melhoria no processo de escrita, dentre outros em que esta habilidade é necessária. Ainda podemos perceber o importante papel dos instrumentos musicais, como objeto material, no trabalho com crianças a partir do segundo ano de idade, pois segundo Lê Boulch (1982, p.39) *“A investigação no mundo dos objetos traduz-se por uma atividade percepto-motora que vai permitir a aquisição rápida das práxis, assegurando o desenvolvimento da função de ajustamento, dando um suporte a organização perceptiva. Por outro lado, a ação sobre o objeto permite a criança experimentar o peso e a resistência do real”*.

Um outro aspecto importante sobre a musicalidade é que a capoeira tem, tradicionalmente, sua difusão pautada na oralidade, que tem nas cantigas um mecanismo importante de desenvolvimento fisiológico da fala, bem como de transmissão da cultura de geração para

geração, ou seja, as letras das cantigas são carregadas de ditos populares e parábolas que traduzem posturas morais, cívicas e afetivas, que quando bem orientadas por uma intenção pedagógica no campo da educação formal, podem servir de estratégia na construção de uma sociedade mais justa e humana.

O “movimento” e a capoeira

Como já vimos no capítulo II, o “movimento” tem papel de grande relevância no desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos, sendo fundamental na construção da cultura corporal humana. Por tudo isso, é papel preponderante das instituições de Educação Infantil criar possibilidades materiais, estruturais e pedagógicas para a construção de um universo que possibilite o trato com situações-problema no campo do movimento, pois desta forma serão potencializadas as suas propriedades ou benéficas deste na edificação de melhorias no campo afetivo, motor, cognitivo e social.

Por em sua essência, a capoeira ser uma atividade eminentemente prática, enfocando no jogo da roda de capoeira um de seus momentos mais sublimes e característicos, e por este jogo se consolidar a partir de movimentos corporais, a capoeira funciona como importante agente facilitador no trato com o movimento na Educação Infantil. Através da atividade com a capoeira a criança poderá facilmente familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, pois os exercícios que permeiam a prática da capoeira envolvem todas as partes do corpo, inclusive contando com a aquisição de gestos que são associados a uma cadência rítmica em dinâmicas que fortalecem a integração dos envolvidos, ajudando no amadurecimento das noções tempo-espço, além de desenvolver, cada vez mais, uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

A capoeira auxiliará na ampliação das diferentes qualidades físicas e dinâmicas do movimento, pois são frequentes as situações em que os alunos são convidados a simularem

movimentos que começarão de naturais, a exemplo da ginga, que nada mais é do que uma variação do ato de andar, até situações de maior elaboração técnica, melhorando a condição do andar, correr, pular, trepar, equilíbrio, rolar, além de trabalhar força, velocidade, resistência e flexibilidade, aliado a um suporte lúdico, que é fator preponderante para a prática da capoeira e nas intervenções pedagógicas com crianças de 0 a 6 anos. Segundo Rego (1968, p.359) que compartilha da idéia de que luta e brincadeira são componentes da capoeira: *“primitivamente a capoeira era o folguedo que os negros inventaram para os instantes de folga e divertirem a si e os demais nas festas de largo, sem, contudo deixar de utilizá-la como luta no momento preciso para sua defesa”*.

O ritual da capoeira e as relações interpessoais

Uma das grandes lições que a capoeira encerra em seu arcabouço ritualístico é a questão do “aprender fazendo” atrelado à contextualização do conteúdo, ou seja, esta herança que herdamos da sociedade africana nos ensina que não devemos dicotomizar a ação prática do aprendizado teórico, isto é, boa parte de tudo que aprendemos na capoeira acontece por uma experimentação prática, que geralmente é catalisada por um ambiente que mescla indivíduos com diferentes experiências, mediados pela intervenção do mestre para a produção de um bem comum a todos. O ensino da capoeira aponta para uma relação horizontalizada entre educandos e educadores, fortalecendo a zona de desenvolvimento proximal, apresentada por Rego (1995, p.73) como *“à distância entre aquilo que ele é capaz de fazer de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquilo que ela realiza em colaboração com os outros elementos do seu grupo social (nível de desenvolvimento potencial) caracterizando aquilo que Vygotsky chamou de” zona de desenvolvimento proximal ou potencial “”*.

Ainda segundo Rego (1995, p.74) *“o aprendiz é o responsável por criar a zona de desenvolvimento proximal na medida em que, em interação com outras pessoas, a criança é capaz de colocar em movimento vários processos de desenvolvimento que, sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer”*.

É importante lembrar que todo este processo de construção do conhecimento está sempre permeado, na capoeira, por uma forte relação de respeito mútuo e parceria, pois o conceito de coletividade (“irmandade”) prevalece durante todo o ritual da capoeira, apesar da mesma ser freqüentemente confundida com o jogo atlético e competitivo, negando o objetivo natural desta arte que é “jogar com” e não contra o outro, ratificando a unidade da dupla sob o signo de parceria, que prevalece também dentre os outros componentes da roda.

No trabalho de capoeira com crianças pequenas, podemos perceber nitidamente uma melhoria nas relações interpessoais, ajudando desde crianças muito introspectivas até aquelas com problemas de hiperatividade, equilibrando as relações e promovendo uma sensível melhora da auto-estima, pois a constante necessidade de realização coletiva garantida pelo ritual da capoeira possibilita o exercício de se lidar com o outro e suas diferenças, fato este que se firma como importante mecanismo para resolução de possíveis situações emergentes das relações sociais cotidianas, contribuindo com a formação de indivíduos mais críticos, criativos e autônomos.

Capítulo IV

Os “Capoeiras”: mitos e pensamentos sobre a Capoeira Infantil na cidade de Salvador

Neste capítulo tentaremos traçar um perfil das relações entre alguns mestres de capoeira da cidade de Salvador e suas interlocuções com a prática de ensino desta arte para crianças de 0 a 6 anos, denotando aspectos que traduzem seus posicionamentos ideológicos sobre o tema, seus conhecimentos específicos e a compreensão da relevância social deste trabalho.

O instrumento de pesquisa utilizado foi à observação in loco e conversas informais, que só foram possíveis de serem realizadas em razão de nossa inserção junto à comunidade, na condição de mais um membro e praticante da arte, ou seja, acredito que o êxito de nossas incursões se estabeleceu prioritariamente pelas relações já existentes com a comunidade, e pela informalidade dos procedimentos de pesquisa, haja vista a grande resistência que alguns mestres apresentam à pesquisa científica ou a qualquer tipo de intervenção extra suas relações de capoeira.

Vale a pena ressaltar que nossas visitas focalizaram predominantemente escolas e algumas academias que possuíam trabalhos de capoeira na área de Educação Infantil, verificando-se que boa parte das pessoas que atuam neste setor, na condição de facilitadores do processo ensino-aprendizagem, não possuem formação acadêmica, outros possuem formação acadêmica e apresentam dificuldades na correlação de alguns conhecimentos científicos com a prática da capoeira, e uma pequena parcela, que possui ou não formação acadêmica, apresentou indicativos de adaptação metodológica e filosófica da capoeira para crianças. É importante lembrar que em nossas observações não estávamos verificando as ações que mais se aproximavam do universo científico, e sim, aquelas que mais denotavam coerência com o universo da Educação Infantil e suas necessidades, ou seja, a formação acadêmica dos mestres de capoeira que atuam nesta área, para nós, se configurava como uma simples alternativa de

tradução do conhecimento, pois acreditamos que a cultura popular, em especial a capoeira, esta recheada por uma sabedoria ritualística e filosófica que contempla com facilidade as necessidades pedagógicas no trato com crianças pequenas, já especificadas por este trabalho nos capítulos anteriores, requerendo apenas sensibilidade, conhecimento e bom senso por parte dos educadores no processo com os educandos.

Em nossas observações e conversas informais tentamos, enquanto estratégia de pesquisa, buscar responder as seguintes questões :

- 1ª) Quais as contribuições que são percebidas no ensino da capoeira para crianças de 0 a 6 anos?
- 2ª) Estas contribuições são reconhecidas pela sociedade ? Por que?
- 3ª) O que devemos fazer para divulgar os benefícios da capoeira na Educação Infantil?
- 4ª) Em sua opinião, a comunidade de capoeira reconhece os profissionais que atuam na capoeira para crianças ? Por que?

Faremos a partir de cada questão uma reflexão sobre os posicionamentos da comunidade relativos ao tema do trabalho.

1) Quais as contribuições que são percebidas no ensino da capoeira para crianças de 0 a 6 anos?

Sobre esta questão, a grande maioria dos indivíduos e trabalhos observados nos apresentaram posicionamentos superficiais e evasivos, tais como: “É bom porque as crianças gostam muito.”, “É bom porque gasta a energia das crianças”, “É bom porque disciplina as crianças”, “É bom, pois a criança tem facilidade de aprender”, e etc. Outros apresentaram uma visão muito ligada aos aspectos biológicos, relacionando a capoeira apenas a contribuições motoras, tais como: “Melhoria da marcha”, “Ampliação da coordenação motora”, “Conhecimento sobre o corpo” etc. Alguns encaram as contribuições no sentido de formação de

uma geração mirim de atletas da capoeira, reforçando-se a idéia de que crianças são miniaturas de adultos, enquanto uma pequena parcela ressalta as contribuições sociais, culturais, afetivas dentre outras, no processo de construção da cultura corporal, integrando a prática de ensino da capoeira à proposta pedagógica que contempla a formação de um bom ser humano, enfocando a capoeira como agente facilitador e não como finalidade para o trabalho com estas crianças.

Pode-se inferir dos depoimentos que o sentido nuclear da capoeira, na grande maioria dos locais observados, é esvaziado e direcionado para outros valores, que muitas vezes são reforçados por uma prática pedagógica equivocada, alimentada pelo desconhecimento, por parte da escola e do profissional que lá atua, no que se refere as mais significativas contribuições da capoeira. Um outro fator, que se estabelece como barreira para uma capoeira mais lúdica e adaptada à criança, é o reforço de uma geração de pais que enxergam seus filhos como atletas mirins, cobrando-lhes performances técnicas arrojadas e desconectadas da realidade de ensino aprendizagem da Educação Infantil, esterilizando várias possibilidades pedagógicas na capoeira para crianças.

2) Estas contribuições são reconhecidas pela sociedade ? Por que?

Para a grande maioria dos observados a situação atual apresenta-se de maneira mais favorável, ou seja, as pessoas estão valorizando mais o trabalho de capoeira com crianças pequenas.

Em nosso entendimento sobre esta questão, precisamos refletir sobre as reais transformações que favorecem a capoeira, pois existe uma série de fatores que podem estar estimulando a prática de uma atividade rotulada como capoeira, mas que em sua essência poderá estar esterilizada sobre o ponto de vista pedagógico, haja vista que já discutimos que a prática de ensino da capoeira sem a fundamentação e a pedagogia adaptada para a fase em

questão, não contempla as necessidades de formação humana interessantes para a nossa sociedade.

Em Salvador, a grande maioria das escolas de Educação Infantil possui aulas de capoeira, algumas por simples modismo e outras por referências equivocadas de contribuições limitadas a questões que não contemplam o desenvolvimento da cultura corporal na Educação Infantil, logo sendo relegado a segundo plano uma maior investigação sobre as competências profissionais dos indivíduos que lá atuam, fato este que ainda se estabelece como uma das maiores barreiras para os avanços na capoeira infantil, pois, se a escola ainda não está devidamente capacitada a reconhecer os benefícios pedagógicos da capoeira, não poderá identificar os profissionais que estão preparados para dar conta de tais necessidades. A impressão que temos é que boa parte dos benefícios que a comunidade adquiriu na capoeira infantil frente a uma melhor compreensão da sociedade em geral, não se sedimentaram em justificativas concretas e funcionais de afirmação da prática de ensino desta atividade, e sim, em fatores como vantagens mercadológicas, a popularização da prática no mundo, os indicativos do MEC incentivando as práticas culturais, a influência da mídia e o aumento do cabedal de opções para atividades de cada escola, portanto, precisamos, ao analisar uma melhoria na aceitabilidade da capoeira por parte da sociedade, levar em consideração todos estes aspectos que não estão diretamente ligados ao reconhecimento da prática de ensino da mesma.

3) O que devemos fazer para divulgar os benefícios da capoeira na Educação Infantil?

Na opinião de todos os observados, iniciativas como palestras, seminários, dentre outros mecanismos são maneiras eficazes de divulgar os benefícios da capoeira na Educação Infantil, contudo uma parcela significativa dos observados, que ainda não detém alguns conhecimentos importantes para uma boa intervenção pedagógica com crianças, não se reconhecem como

publico alvo para tais esclarecimentos, negando de forma indireta a necessidade de cursos de capacitação nesta área, fato este que denota a necessidade de uma maior promoção de informações também para setores internos da capoeiragem.

4) Em sua opinião, a comunidade de capoeira reconhece os profissionais que atuam na capoeira para crianças ? Por que?

A grande maioria dos observados, afirma que sim, justificando que participam dos encontros promovidos pela comunidade (batizados, festivais, palestras etc), que é uma das formas de afirmação do reconhecimento destes profissionais, contudo dois dos entrevistados afirmaram que este processo de reconhecimento ainda está caminhando de forma lenta e paulatina, pois a grande maioria, dos grupos de capoeira observados, compartilha a idéia de que qualquer um pode dar aula para criança, pois a mesma não sabe distinguir um bom capoeirista (professor), ou seja, geralmente é relegado o ofício de trabalhar com crianças pequenas para aqueles membros do grupo que são tidos como mais “tolerantes” ao comportamento infantil e ou não apresentam perspectivas “performáticas estereotipadas” para o trabalho com adultos, que na visão dos grupos é fator preponderante para a prática de ensino, ou seja, aquele praticante de pouca habilidade de destreza corporal, baixa estatura, musculatura pouco desenvolvida e ou do sexo feminino, com certeza só servirá para ensinar a crianças.

Lamentavelmente, constatamos que em algumas situações não é reconhecida a importância do período que compreende a Educação Infantil para a formação humana, fato este que ocasionalmente implica em distorções e seqüelas que contribuem para a edificação de adultos lesionados, sob o ponto de vista físico, psíquico, político e moral.

Considerações Finais

O objetivo geral do presente estudo foi analisar a importância da capoeira no desenvolvimento da cultura corporal na educação infantil, levando-se em consideração os aspectos legais que norteiam o trato do desenvolvimento da cultura corporal através da Educação Física de 0 a 6 anos, suas contribuições para com este público e suas possíveis interlocuções com a capoeira, no intuito de fundamentar as possibilidades desta prática, também a partir do estudo bibliográfico das alternativas pedagógicas da Educação Física para crianças.

Na busca de atingir o objetivo central do trabalho, formulamos alguns objetivos específicos. O **primeiro** deles visou estabelecer os indicativos para o ensino da educação física nas séries iniciais a partir dos Referenciais Curriculares Nacionais e da legislação vigente. Nossas análises permitiram-nos chegar a algumas conclusões, são elas:

- 1 - A partir da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais, em seu art. 3º, podemos verificar que estão garantidos como proposta para a Educação Infantil, os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, o que fundamenta e legitima as contribuições da capoeira como alternativa pedagógica na educação de crianças de 0 a 6 anos.
- 2 – As DCN's também afirmam que as instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível, contemplando as interseções nas contribuições entre a capoeira e a Educação Física nesta fase.
- 3 – A LDB também respalda as práticas culturais no ambiente escolar, haja vista que afirma em seu artigo 26 que “O ensino da arte constituirá componente curricular

obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”, abrindo um leque de possibilidades para a inserção de atividades provenientes das culturas populares, tais como a capoeira, o samba, dentre outras, que servirão de suporte pedagógico na construção da identidade de cultura corporal, ajustando-se ao papel da educação física, que também é legitimada no artigo 26 da seguinte forma: “A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

4 - Apesar da Educação Física está legitimada pela LDB na educação básica, sua atuação profissional na educação infantil ainda gera muita polêmica, pois se as diretrizes curriculares nacionais e a LDB nos permitem perceber, através de seus artigos, diversas formas de inserção do profissional de educação física na construção da cultura corporal, ao mesmo tempo a lei dá brechas para um outro tipo de interpretação, pois se os professores de Educação Infantil trabalham com vários campos do conhecimento, porquê só a Educação Física precisaria de um trato específico por alguém da área? A partir das análises do presente estudo, acredito que a participação de profissionais habilitados no campo do conhecimento das práticas corporais na educação básica, se firma como condição fundamental na otimização dos objetivos propostos pelos dispositivos legais e pedagógicos da Educação Infantil.

Nosso **segundo objetivo específico** foi estabelecer as metas e conteúdos da Educação Física a partir do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. A este respeito constatamos que :

- 1 – A partir da análise do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, podemos inferir diversos aspectos metodológicos e conceituais que se correlacionam diretamente com os campos de conhecimento da capoeira e da Educação Física.
- 2 - A utilização de atividades provenientes da cultura corporal local potencializa de forma mais ampla as possibilidades de contemplação dos objetivos propostos pelo RCN. Isto devido à aproximação do conteúdo pedagógico escolar com a realidade cotidiana do educando.

O nosso **terceiro objetivo específico** buscou problematizar a capoeira no currículo da educação infantil. Concluimos que :

1 – A capoeira pode ser perfeitamente incluída no contexto da Educação Infantil, pois agrega diversos aspectos do conhecimento que contemplam as necessidades para o desenvolvimento da criança desta fase.

2 -

- a) Propor uma reflexão sobre o tema verificando a opinião de alguns profissionais de capoeira sobre sua atuação na educação infantil;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Raimundo C. A. de. **Bimba: perfil do mestre**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: 1998.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Dezembro de 1996.

BOULCH, Le. **O Desenvolvimento Psicomotor: do nascimento até 6 anos**. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CAMPOS, Hélio José B. Carneiro. **Capoeira na escola**. Salvador: Presscolor, 1990.

FALCAO, Jose Luiz Cirqueira. **A escolarização da capoeira**. Brasília: ASEFE – Royal Court, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky, uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

REGO. Waldeloir. **Capoeira Angola: um ensaio sócio-etnográfico**. Salvador: Itapuã, 1968.

ZULU, Mestre. **Idiopraxis de Capoeira**. Brasília: o autor, 1995.

VIEIRA. Luiz Renato. **Da vadição a capoeira regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Departamento de Sociologia, UnB, 1990.

_____. A Capoeira disciplinada. Estado e cultura popular no tempo de Vargas. **Revista Historia e Perspectiva**. Uberlândia, n.7, p. 111-132, jul./dez. 1992.